



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Processo nº 0600547-73.2024.6.21.0028**

**Procedência:** 028ª ZONA ELEITORAL DE LAGOA VERMELHA/RS

**Recorrente:** ELEICAO 2024 IDALINA FERREIRA DA COSTA VEREADOR

**Relator:** DES. ELEITORAL NILTON TAVARES DA SILVA

**P A R E C E R**

**RECURSO. ELEIÇÕES 2024. VEREADOR. PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA COM RESSALVAS. FEFC. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. IRREGULARIDADE ABAIXO DOS PARÂMETROS JURISPRUDENCIAIS DE INEXPRESSIVIDADE. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por IDALINA FERREIRA DA COSTA contra sentença que julgou **aprovada com ressalvas** as contas de sua prestação referente às eleições de 2024, em que concorreu ao cargo de vereador no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

município de Lagoa Vermelha/RS.

A sentença foi vazada nos seguintes termos:

A unidade técnica, em seu Parecer Conclusivo, ID 126887781, apontou irregularidade na comprovação dos gastos com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, no montante de R\$ 1.000,00. Para evitar tautologia, transcrevo o parecer da Unidade Técnica:

“4.1. Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC Com base nos procedimentos técnicos de exame e na análise documental, foram constatadas irregularidades na comprovação dos gastos com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conforme a seguir exposto.

Pela análise dos extratos eletrônicos do TSE, em anexo, verifica-se que a contraparte do débito no valor de R\$ 1.000,00, de 23/09/2024, qual seja, TACILIO MARQUES DA SILVA, não confere com o nome do empregado/contratado a título de cabo eleitoral (panfletagem) na prestação de contas NATHAN JUNIOR SILVA DA CRUZ, documento ID 125880384.

A divergência afeta a confiabilidade da prestação de contas, tendo em vista que inviabiliza a comprovação do real beneficiário dos pagamentos realizados com recursos públicos.

Portanto, verificou-se indício de irregularidade na comprovação dos gastos com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, no montante de R\$ 1.000,00, passível de recolhimento ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79 da Resolução TSE n. 23.607/2019.”

O procurador apresentou manifestação jurídica no ID 126863342. Relatou que o pagamento foi em cheque e como o prestador do serviço de panfletagem, Sr. Nathan, não possuía conta bancária ele pediu para seu avô Sr. Tacilio Marques da Silva, portador do CPF n. 552.576.660-49, depositar em sua conta o cheque recebido da candidata no valor de R\$ 1.000,00 e depois repassar o valor para ele. Juntou declarações firmadas por ambos. Requereu a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Postulou pela aprovação das contas.

O art. 38 da Resolução TSE n. 23.607/19 dispõe que os gastos eleitorais



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

devem ser efetuados por meio de modalidades de pagamento que possibilitem a identificação do beneficiário (contraparte) nos extratos bancários, quais sejam, cheque nominal cruzado, transferência, débito em conta, cartão de débito ou pix. No caso em tela, restou caracterizada a irregularidade em relação à maneira utilizada para a quitação dos gastos eleitorais, tendo em vista que o repasse de cheque a terceiros afeta a confiabilidade da prestação de contas e inviabiliza a comprovação do real beneficiário dos pagamentos realizados com recursos públicos.

Assim, constata-se irregularidade na aplicação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, haja vista que descumpriu o disposto no artigo 38 da Resolução TSE n. 23.607/19; e, portanto, os recursos deverão ser devolvidos ao erário, como dispõe o artigo 79, §1º da citada resolução.

A irregularidade representa 16,52% das receitas declaradas na campanha (somatório dos recursos financeiros e estimáveis recebidos) e seu valor absoluto é de R\$ 1.000,00, de modo que entendo que se enquadra no parâmetro de aplicação dos princípios de razoabilidade e de proporcionalidade para aprovar com ressalvas as contas, uma vez que, embora superior a 10% da arrecadação, seu valor absoluto é inferior a R\$ 1.064,10.

Portanto, as contas devem ser aprovadas com ressalvas e recolhido o valor de R\$ 1.000,00 ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, §1º, da Res. TSE 23.607/2019, uma vez que se trata de aplicação irregular de recursos públicos do FEFC.

No recurso interposto (ID 45926797), a recorrente reitera os argumentos já deduzidos de que “o pagamento foi em cheque e como o prestador do serviço de panfletagem Sr. Nathan não possuía conta ele pediu para seu avô Sr. Tacilio Marques da Silva, portador do CPF nº 552.576.660-49 depositar em sua conta o cheque recebido da candidata no valor de R\$ 1.000,00 e depois repassar o valor para ele, o que de fato ocorreu, conforme se comprova com Declaração firmada



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

---

pelo Prestador do Serviço de Panfletagem na Campanha Sr. NATHAN JUNIOR SILVA DA CRUZ, e seu avô Sr. TACILIO MARQUES DA SILVA, juntada aos autos Doc. 126863343 e Doc. 126863344”. Ademais, alega os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé para afastar a condenação ao recolhimento da quantia ao Tesouro nacional dada a origem dos recursos no FEFC.

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Não assiste razão à recorrente. Vejamos.

Com a devida vênia da tese esposada no recurso, tenho que as declarações juntadas no ID 45926784, a par de serem unilaterais, são insuficientes para comprovar a rastreabilidade do real beneficiário do recurso público.

A parte poderia ter providenciado cópia do cheque, ficha de caixa ou outro documento bancário indicando o real beneficiário, bem assim a prova de estado comprovando a linha parental alegada, o que poderia ser suprido pela juntada de cópia de certidão de nascimento ou identidade.

Assim, se é certo que não se pode negar a realidade dos fatos – dentre os quais que nem todos tem acesso ao sistema financeiro – também não se pode



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

descuidar de que a parte tem o ônus de provar o que alega.

**III - CONCLUSÃO**

Isto posto, manifesta-se o **Ministério Público Eleitoral** pelo **desprovemento** do recurso, mantendo-se a sentença recorrida por seus próprios fundamentos.

Porto Alegre, 27 de junho de 2025.

**JANUÁRIO PALUDO**

Procurador Regional Eleitoral Auxiliar